



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL (Nº 59/13)

REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES DIVERSAS

Francisco José Caldeira Duarte, Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, torna público que, no uso da competência atribuída pelo artigo 68º., nº.1, alínea b), da Lei nº.169/99, de 18 de Setembro, republicada pela Lei nº.5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi deliberado por esta Câmara Municipal, em reunião realizada no dia 5 do corrente mês, submeter a consulta pública, nos termos dos artigos nºs. 117º e 118º. do Código de Procedimento Administrativo, pelo prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente edital, a seguinte proposta anexa, de **Regulamento Municipal sobre Licenciamento de Atividades Diversas**, pelo que todos os interessados poderão dirigir, por escrito, as suas sugestões a esta Câmara Municipal, no prazo acima referido.

A referida proposta de regulamento pode ser igualmente consultada na página da Autarquia na Internet (www.cm-castroverde.pt), e na Secção Administrativa desta Câmara Municipal.

Para constar se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume, bem como a sua divulgação da Autarquia na Internet (www.cm-castroverde.pt)

Paços do Município de Castro Verde, 6 de Junho de 2013.

O Presidente da Câmara,

- Francisco José Caldeira Duarte -



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE
CÂMARA MUNICIPAL

PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES DIVERSAS

JUNHO 2013

PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE O LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES DIVERSAS

Preâmbulo

O Decreto-Lei n.º 254/2002, de 25 de novembro, transferiu para as Câmaras Municipais as competências dos Governos Cíveis em matérias consultivas, informativas e de licenciamento.

O Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, atribuiu às Câmaras Municipais competências em matéria de licenciamento de atividades diversas até então atribuídas aos Governos Cíveis. Nestes termos, passou a ser objeto de licenciamento municipal o exercício e fiscalização das seguintes atividades: guarda-noturno, venda ambulante de lotarias, arrumador de automóveis, realização de acampamentos ocasionais, exploração de máquinas automáticas, mecânicas, elétricas e eletrónicas de diversão, realização de espetáculos desportivos e de divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre, venda de bilhetes para espetáculos ou divertimentos públicos em agências ou postos de venda, realização de fogueiras e queimadas e realização de leilões.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, foi alterado o Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de setembro tendo o Governo redefinido alguns dos princípios gerais referentes ao regime de exercício de atividades diversas. Eliminou-se o licenciamento da atividade das agências de venda de bilhetes para espetáculos públicos em estabelecimentos comerciais e da atividade de realização de leilões em lugares públicos.

Acresce ainda que a publicação do Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29 de agosto veio introduzir novas alterações ao Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de setembro, tendo a exploração de máquinas automáticas, elétricas e eletrónicas de

diversão e a venda de bilhetes para espetáculos ou divertimentos públicos em agências ou postos de venda passado a ser atividades de livre acesso.

Por força destas alterações legais, urge proceder à atualização e adaptação das normas regulamentares. Assim, apresenta-se a presente proposta de Regulamento Municipal sobre o Licenciamento de Atividades Diversas que decorre quer das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, Decreto-Lei n.º 114/2008, de 1 de julho, Decreto-Lei n.º 268/2009 de 29 de setembro, Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril e Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29 de agosto quer por força do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de junho que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/123/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno e por força do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril.

Capítulo I Disposições Gerais Artigo 1.º

Lei habilitante

O presente regulamento tem como lei habilitante o artigo 9.º e 53.º do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro.

Artigo 2.º Âmbito e objeto

O presente regulamento estabelece o regime jurídico de acesso, exercício e fiscalização das seguintes atividades exercidas na área do Município de Castro Verde:

- a) Guarda-noturno;
- b) Venda ambulante de lotarias;
- c) Arrumador de automóveis;
- d) Realização de acampamentos ocasionais;

- e) Exploração de máquinas automáticas, mecânicas, elétricas e eletrônicas de diversão;
- f) Realização de espetáculos desportivos e de divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre;
- g) Venda de bilhetes para espetáculos ou divertimentos públicos em agências ou postos de venda;
- h) Realização de fogueiras e queimadas.

Artigo 3.º

Acesso e exercício das atividades

- 1 – O acesso às atividades referidas nas alíneas a), b), c), d), f) e h) do artigo anterior carece de licenciamento municipal.
- 2 – As atividades referidas nas alíneas e) e g) do artigo anterior são de livre acesso.

Artigo 4.º

Competência

Compete à Câmara Municipal proceder ao licenciamento do acesso às atividades referidas nas alíneas a), b), c), d), f) e h) do artigo anterior.

Artigo 5.º

Delegação e subdelegação de competências

- 1 – As competências conferidas à Câmara Municipal no presente regulamento podem ser delegadas no Presidente da Câmara, com faculdade de subdelegação nos vereadores e nos dirigentes dos serviços municipais.
- 2 – As competências cometidas ao Presidente da Câmara podem ser delegadas nos vereadores, com faculdade de subdelegação, ou nos dirigentes dos serviços municipais.

Capítulo II

Licenciamento do exercício da atividade de guarda-noturno

Artigo 6.º

Licenciamento

O exercício da atividade de guarda-noturno depende de atribuição de licença pelo Presidente da Câmara.

Artigo 7.º

Criação, modificação e extinção

- 1 – A Câmara Municipal procede à criação do serviço de guarda-noturno que pode ser exercida na área do Município de Castro Verde onde a atividade comercial, industrial e turística o justifique.
- 2 – A Câmara Municipal pode modificar ou extinguir as áreas de atuação dos guardas-noturnos em situações devidamente justificadas.

Artigo 8.º

Pedido de licenciamento

- 1 – O pedido de licenciamento é dirigido, sob a forma de requerimento, conforme Anexo I, ao Presidente da Câmara.
- 2 – O requerimento é acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Fotocópia do Cartão de Identificação Civil;
- b) Fotocópia do Cartão de Identificação Fiscal;
- c) Fotocópia do Certificado do registo criminal;
- d) Fotocópias de documento comprovativo das habilitações literárias;
- e) Atestado de robustez física e psicológica;
- f) Fotocópia da apólice de seguro de responsabilidade civil, válida.

- 3 – O pedido de licenciamento será indeferido quando o interessado não for considerado pessoa idónea para o exercício da atividade de guarda-noturno.

- 4 – Considera-se pessoa não idónea aquela que tenha sido condenada pela prática de qualquer crime que atente contra a vida, a integridade física ou a liberdade pessoal e não tenha sido reabilitada.

Artigo 9.º

Licença e cessação da atividade

- 1 – É da competência do Presidente da Câmara a emissão da licença para o exercício da atividade de guarda-noturno que será titulada por alvará de licença conforme Anexo II.
- 2 – No momento da atribuição da licença para o exercício da atividade, o Município

de Castro Verde emite o cartão identificativo de guarda-noturno conforme modelo definido por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das autarquias locais e da administração interna, que terá a mesma validade da licença.

3 – Os guardas-noturnos que cessam a atividade comunicam esse facto ao Município de Castro Verde, até 30 dias após essa ocorrência, estando dispensados de proceder a essa comunicação se a cessação da atividade coincidir com o termo da validade da licença.

Artigo 10.º

Validade e renovação

1 – A licença é intransmissível e tem validade trienal.

2 – O pedido de renovação de licença, por igual período de tempo, é feito através de requerimento, conforme Anexo I, dirigido ao Presidente da Câmara com antecedência mínima de 30 dias em relação ao termo do respetivo prazo de validade, apresentando os seguintes elementos:

- a) Fotocópia do Cartão de Identificação Civil;
- b) Fotocópia do Cartão de Identificação Fiscal;
- c) Fotocópia do Certificado do registo criminal;
- d) Fotocópias de documento comprovativo das habilitações literárias;
- e) Atestado de robustez física e psicológica;
- f) Fotocópia da apólice de seguro de responsabilidade civil, válida.

Capítulo III

Licenciamento do exercício da atividade de vendedor ambulante de lotarias

Artigo 11.º

Licenciamento

O exercício da atividade de vendedor ambulante de lotarias depende de atribuição de licença pela Câmara Municipal.

Artigo 12.º

Pedido de licenciamento

1 – O pedido de licenciamento é dirigido, sob a forma de requerimento, conforme Anexo III, ao Presidente da Câmara.

2 – O requerimento é acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Apresentação do cartão de identificação e do cartão de identificação fiscal para conferência pelos serviços da identidade do requerente;
- b) Fotocópias de declaração de início de atividade;
- c) Fotocópia da declaração de IRS do ano anterior;
- d) Duas fotografias;

Artigo 13.º

Licença e cartão de identificação

1 – É da competência do Presidente da Câmara a emissão de licença para o exercício da atividade de vendedor ambulante de lotarias que será titulada por alvará de licença conforme Anexo II.

2 – A licença é intransmissível e válida por cinco anos, caducando no seu termo.

3 – No momento da atribuição da licença para o exercício da atividade, o Município de Castro Verde emite o cartão identificativo de vendedor ambulante de lotarias (Anexo IV), que terá a mesma validade da licença.

Capítulo IV

Licenciamento do exercício da atividade de arrumador de automóveis

Artigo 14.º

Licenciamento

O exercício da atividade de arrumador de automóveis depende de atribuição de licença pela Câmara Municipal.

Artigo 15.º

Áreas de Atuação

A atividade de arrumador de automóveis pode ser exercida em toda a área da freguesia de Castro Verde.

Artigo 16.º

Pedido de licenciamento

1 – O pedido de licenciamento é dirigido, sob a forma de requerimento, conforme Anexo V, ao Presidente da Câmara.

2 – O requerimento é acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Apresentação do cartão de identificação e do cartão de identificação fiscal para conferência pelos serviços da identidade do requerente;
- b) Fotocópias de declaração de início de atividade;
- c) Fotocópia da declaração de IRS do ano anterior;
- d) Duas fotografias;

3 – Do requerimento deverá ainda constar a área ou áreas onde pretende exercer a atividade de arrumador de automóveis.

Artigo 17.º

Licença e cartão de identificação

1 – É da competência do Presidente da Câmara a emissão de licença para o exercício da atividade de arrumador de automóveis que será titulada por alvará de licença conforme Anexo II.

2 – A licença é intransmissível e tem validade anual, caducando no seu termo.

3 – No momento da atribuição da licença para o exercício da atividade, o Município de Castro Verde emite o cartão identificativo de arrumador de automóveis (Anexo VI), que terá a mesma validade da licença.

Capítulo V

Licenciamento do exercício da atividade de acampamentos ocasionais

Artigo 18.º

Licenciamento

A realização de acampamentos ocasionais fora dos locais legalmente consignados à prática do campismo e caravanismo carece de licenciamento pela Câmara Municipal e não pode exceder mais de 48 horas.

Artigo 19.º

Pedido de licenciamento

1 – O pedido de licenciamento é dirigido pelo responsável do acampamento, sob a forma de requerimento, conforme Anexo VII, ao Presidente da Câmara.

2 – O requerimento é acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Apresentação do cartão de identificação e do cartão de identificação fiscal para conferência pelos serviços da identidade do requerente;
- b) Declaração de autorização expressa do proprietário do prédio, com indicação do prazo autorizado;
- c) Planta de localização do prédio com local devidamente assinalado;
- d) Parecer favorável do Delegado de Saúde;
- e) Parecer favorável do Comandante da GNR.

3 – O requerimento deverá ainda identificar claramente o prédio onde se irá realizar o acampamento ocasional.

Artigo 20.º

Licença

1 – É da competência do Presidente da Câmara a emissão de licença para o exercício da atividade de acampamentos ocasionais que será titulado por alvará de licença conforme Anexo II.

2 – A licença é concedida pelo prazo solicitado, prazo esse que não pode ser superior ao período de tempo autorizado expressamente pelo proprietário.

3 – Em caso de manifesto interesse público, designadamente para proteção da saúde ou em situações em que estejam em causa a ordem e tranquilidade públicas, a Câmara Municipal poderá, a qualquer momento, revogar a licença concedida.

Capítulo VI

Registo de máquinas de diversão

Artigo 21.º

Registo

1 – A exploração de máquinas de diversão na área do Município de Castro Verde carece de registo a efetuar junto do

Presidente da Câmara, através do “Balcão do Empreendedor”.

2 – A comunicação de promoção do registo da máquina deve conter os seguintes elementos:

- a) Identificação do proprietário da máquina;
- b) Local de exploração;
- c) Classificação do tema de jogo.

3 – O registo é titulado pelo comprovativo eletrónico de entrega no “Balcão do Empreendedor” bem como do comprovativo do pagamento da taxa, devendo ambos os documentos acompanhar a máquina a que respeitam.

Artigo 22.º

Alterações à propriedade da máquina

1 – As alterações de propriedade da máquina obrigam o adquirente a efetuar o averbamento respetivo, por comunicação no “Balcão do Empreendedor” que identifique o adquirente e o anterior proprietário.

2 – A alteração do registo de propriedade da máquina é titulado pelo comprovativo eletrónico de entrega no “Balcão do Empreendedor” bem como do comprovativo do pagamento da taxa, devendo ambos os documentos acompanhar a máquina a que respeitam.

Artigo 23.º

Substituição do tema de jogo

1 – O proprietário da máquina pode substituir o tema ou temas de jogo autorizados por qualquer outro, desde que previamente classificado pelo Serviço de Inspeção de Jogos do Instituto do Turismo de Portugal, I.P.

2 – A substituição do tema de jogo deve ser comunicado pelo proprietário ao Presidente da Câmara através do “Balcão do Empreendedor”.

3 – A substituição do tema de jogo é titulada pelo comprovativo eletrónico de entrega no “Balcão do Empreendedor”, bem como do comprovativo do pagamento da taxa, devendo ambos os documentos acompanhar a máquina a que respeitam.

Capítulo VII

Licenciamento de atividades de carácter desportivo e de divertimentos públicos

SECÇÃO I

Realização de divertimentos públicos

Artigo 24.º

Licenciamento

1 – A realização de arraiais, romarias, bailes e outros divertimentos públicos organizados nas vias, jardins e demais lugares públicos e quando afetarem o trânsito normal depende de atribuição de licença pela Câmara Municipal, salvo quando tais atividades decorrem em recintos já licenciados pela Direção-Geral dos Espetáculos.

2 – As festas promovidas por entidades oficiais, civis ou militares não carecem de licença, mas das mesmas deve ser feita uma participação prévia ao Presidente da Câmara.

Artigo 25.º

Pedido de Licenciamento

1 – O pedido de licenciamento é dirigido, sob a forma de requerimento, conforme Anexo VIII, ao Presidente da Câmara.

2 – As licenças devem ser requeridas ao Presidente da Câmara com antecedência mínima de 15 dias úteis.

3 – O pedido de autorização que não respeite a antecedência mínima referida no número anterior é liminarmente indeferido.

4 – O requerimento é acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Apresentação do cartão de identificação e do cartão de identificação fiscal para conferência pelos serviços da identidade do requerente;
- b) Traçado do percurso, sobre mapa ou esboço da rede viária, indicando de forma clara as vias abrangidas, as localidades e os horários prováveis de passagem pela mesma, no caso da atividade afetar o trânsito normal;
- c) Regulamento da atividade a desenvolver, se existir, no caso de afetar o trânsito normal;

- d) Parecer favorável das forças de segurança competentes, no caso da atividade afetar o trânsito normal;
- e) Parecer favorável das entidades sob cuja jurisdição se encontram as vias a utilizar, quando não seja a Câmara Municipal de Castro Verde, no caso da atividade afetar o trânsito normal;

5 – Quando o requerente da licença for uma pessoa coletiva, os documentos referidos na alínea a) do número anterior respeitam ao titular ou titulares do respetivo órgão de gestão.

Artigo 26.º **Licença**

1 – É da competência do Presidente da Câmara a emissão de licença para a realização de divertimentos públicos que será titulada por alvará de licença conforme Anexo II.

2 – A licença é apenas válida para a data, limite de horário fixado e local nela inscrita.

3 – A licença é revogada quando esteja em causa a segurança das populações bem como a tranquilidade e repouso das mesmas.

Artigo 27.º **Recintos itinerantes, improvisados e provisórios**

Quando a realização de arraiais, romarias, bailes e outros divertimentos públicos envolver a instalação e funcionamento de recintos itinerantes, improvisados ou provisórios, aplicam-se também as normas legais previstas no Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, do Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro e demais legislação.

SECÇÃO II **Atividades de carácter desportivo**

Artigo 28.º **Atividades de carácter desportivo**

À utilização de vias públicas para a realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal aplica-se o Decreto

Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março bem como o previsto no Decreto-Lei n.º 10/2009, de 12 de janeiro e demais legislação.

Capítulo VIII **Venda de bilhetes para espetáculos públicos**

Artigo 29.º **Venda de Bilhetes**

A atividade de venda de bilhetes para espetáculos ou divertimentos públicos em agências ou postos de venda é de acesso livre, desde que observado o previsto nos artigos 36.º e 38.º do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro.

Capítulo IX **Licenciamento do exercício da atividade de fogueiras e queimadas**

SECÇÃO I **Licenciamento de Queimadas**

Artigo 30.º **Queimadas**

1 – Por queimadas entende-se o uso do fogo para a renovação de pastagens e eliminação de restolho e ainda, para eliminar sobranços de exploração cortados mas não amontoados.

2 – A realização de queimadas deve obedecer às orientações emanadas pela comissão distrital de defesa da floresta.

3 – A realização de queimadas só é permitida fora do período crítico desde que o índice de risco temporal de incêndio seja inferior ao nível elevado.

Artigo 31.º **Licenciamento**

A realização de queimadas só é permitida após licenciamento pela Câmara Municipal na presença de técnico credenciado em fogo controlado ou equipa de bombeiros ou equipa de sapadores florestais.

Artigo 32.º **Pedido de Licenciamento**

1 – O pedido de licenciamento para a realização de queimadas é dirigido através

de requerimento, conforme Anexo IX, ao Presidente da Câmara.

2 – O requerimento deve ser acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Apresentação do cartão de identificação e do cartão de identificação fiscal para conferência pelos serviços da identidade do requerente;
- b) Termo de responsabilidade em como a queimada será acompanhada por técnico credenciado em fogo controlado ou equipa de bombeiros;

3 – Sem acompanhamento técnico adequado, a realização de queimadas deve ser considerada uso de fogo intencional.

Artigo 33.º **Licença**

1 – É da competência do Presidente da Câmara a emissão de licença para a realização de queimadas que será titulada por alvará de licença conforme Anexo II.

2 – A licença é apenas válida para a data e local nela inscrita.

SECÇÃO II **Queima de sobranes e realização de fogueiras**

Artigo 34.º **Queima de sobranes e fogueiras**

1 – Por queima de sobranes entenda-se o uso do fogo para a eliminar sobranes de exploração, cortados e amontoados.

2 – Por fogueira entenda-se a combustão com chama, confinada no espaço e no tempo, para aquecimento, iluminação, confeção de alimentos, proteção e segurança, recreio ou outros fins.

Artigo 35.º **Condicionalismos na realização de queima de sobranes e fogueiras**

1 – Em todos os espaços rurais, durante o período crítico, não é permitido:

- a) Realizar fogueiras de recreio ou lazer e para confeção de alimentos, bem como utilizar equipamentos de queima e de combustão destinados

à iluminação e confeção de alimentos, exceto quando se trate da confeção de alimentos realizada nos locais expressamente previstos para o efeito.

- b) Queima matos cortados e amontoados e qualquer tipo de sobranes de exploração.

2 – Em todos os espaços rurais, fora do período crítico e desde que se verifique o índice de risco temporal de incêndio de níveis muito elevado e máximo, mantêm-se as restrições referidas no número anterior, exceto quando se trate da confeção de alimentos realizada nos locais expressamente previstos para o efeito.

3 – É proibido acender fogueiras nas ruas, praças e mais lugares públicos das povoações, bem como a menos de 30 m de quaisquer construções e a menos de 300m de bosques, matas, lenhas searas, palhas, depósitos de substâncias suscetíveis de arder e, independentemente da distância, sempre que deva prever-se o risco de incêndio.

Artigo 36.º **Requisitos para a realização de queima de sobranes e fogueiras**

A execução de queima de sobranes e fogueiras deverá cumprir os seguintes requisitos:

- a) O índice de risco temporal de incêndio tem de ser inferior ao nível elevado;
- b) Deverá realizar-se preferencialmente entre as 6:00 horas e as 13:00 horas, encontrando-se extintas e rescaldas até às 14:00 horas;
- c) A execução da queima de sobranes será no local do terreno mais afastado da restante vegetação, preferencialmente no centro do mesmo;
- d) Deverá ser executada uma faixa perimetral limpa de vegetação com 1 metro de largura ou dentro de terreno lavrado com o mesmo perímetro de segurança mínimo;
- e) A carga das fogueiras será moderada e adequada e adequada

às condições meteorológicas para evitar a propagação de faúlhas e a projeção de combustível circundante.

- f) Escolher se possível um dia húmido e sem vento;
- g) Vigiar permanentemente a queima, tendo sempre disponível água ou outro agente extintor adequado ao controlo da mesma.

SECÇÃO III

Fogueiras Tradicionais

Artigo 37.º

Fogueiras Tradicionais

A realização das tradicionais fogueiras de Natal e dos santos populares depende de licenciamento pela Câmara Municipal.

Artigo 38.º

Licenciamento

1 – O pedido de licenciamento de fogueiras tradicionais é dirigido através de requerimento, conforme Anexo IX ao Presidente da Câmara.

2 – O requerimento deve ser acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Apresentação do cartão de identificação e do cartão de identificação fiscal para conferência pelos serviços da identidade do requerente;
- b) Planta de localização onde seja assinalado o local onde será efetuada a fogueira tradicional;
- c) Declaração de autorização expressa do proprietário do prédio, se a fogueira tradicional se realizar no espaço privado.

Artigo 39.º

Requisitos das Fogueiras Tradicionais

São requisitos para o licenciamento de fogueiras tradicionais:

- a) Não colocarem em causa a segurança das populações;
- b) Não impedirem a circulação do trânsito;
- c) Serem vigiadas por elementos pertencentes ao Corpo de Bombeiros;

- d) Realizarem-se a uma distância máxima de 30 metros de boca-de-incêndio.

SECÇÃO IV

Foguetes e outras formas de fogo

Artigo 40.º

Condicionalismos na utilização de foguetes e outras formas de fogo

1 – Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões de mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes.

2 – Durante o período crítico, as ações de fumigação ou desinfestação em apiários não são permitidas, exceto se os fumigadores estiverem equipados com dispositivos de retenção de faúlhas.

3 – Nos espaços florestais, durante o período crítico, não é permitido fumar ou fazer lume de qualquer tipo no seu interior ou nas vias que os delimita, ou os atravessem.

4 – Fora do período crítico e desde que se verifique o índice de risco temporal de incêndio de níveis muito elevado e máximo mantêm-se as restrições referidas nos números 1 e 2 do presente artigo.

Artigo 41.º

Autorização prévia para utilização de fogo-de-artifício

1 – Em todos os espaços rurais, durante o período crítico, a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no n.º 1 do artigo 40.º, depende de autorização prévia da Câmara Municipal de Castro Verde.

2 – O pedido de autorização prévia é dirigido ao Presidente da Câmara sob a forma de requerimento conforme Anexo X e deverá ser efetuado com antecedência mínima de 15 dias.

3 – O requerimento deve ser acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Apresentação do cartão de identificação e do cartão de identificação fiscal para conferência

- pelos serviços da identidade do requerente;
- b) Declaração da empresa de pirotecnia com a quantidade de artefactos pirotécnicos a lançar bem como a descrição dos mesmos;
 - c) Identificação dos operadores pirotécnicos intervenientes no espetáculo, com a apresentação das respectivas credenciais;
 - d) Fotocópia da apólice de seguro de responsabilidade civil para a utilização de fogo-de-artifício, válida.

Capítulo X
Fiscalização, Infrações e Sansões
Acessórias

Artigo 42.º
Fiscalização

1 – A fiscalização do cumprimento do disposto no presente regulamento bem como a instrução dos processos de contraordenação compete à Câmara Municipal.

2 – A decisão sobre a instauração dos processos de contraordenação e a aplicação de coimas e das sanções acessórias é da competência do Presidente da Câmara.

Artigo 43.º
Contraordenações e Sanções Acessórias

1 – A violação das normas constantes no presente regulamento constitui contraordenação punível nos termos do artigo 47.º e 48.º do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 junho, da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto e do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, e

na demais legislação e regulamentação especial que vigorar.

2 – A negligência e a tentativa são puníveis.

3 – Em caso de reincidência e quando a culpa do agente e a gravidade da infração o justificarem, para além das coimas previstas na Lei, podem ser aplicadas as seguintes sanções acessórias:

- a) Interdição do exercício atividade na área do Município de Castro Verde pelo período de um ano;
- b) Suspensão de autorizações e licenças.

4 – O produto das coimas reverte para o Município de Castro Verde.

Capítulo XI
Disposições finais

Artigo 44.º
Taxas

Pelos procedimentos estabelecidos no presente regulamento são devidas taxas, as quais se encontram fixadas no Regulamento Municipal das Taxas e Preços, em vigor no Município de Castro Verde.

Artigo 45.º
Normas Subsidiárias

Em tudo o que for omissa no presente regulamento serão subsidiariamente aplicáveis as normas legais e regulamentares em vigor.

Artigo 46.º
Entrada em Vigor

O presente regulamento entra em vigor no primeiro dia útil ao da sua publicação.

ANEXO I - REQUERIMENTO DE LICENCIAMENTO DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE GUARDA-NOTURNO

Ex.mo Senhor Presidente da
Câmara Municipal de Castro Verde

1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE				
Nome				
Estado Civil		N.º Identificação Fiscal		
N.º Identificação Civil		Válido até		
Profissão				
Morada				N.º
Freguesia		Código Postal		
Telefone		Telemóvel	Fax	
E-mail				

2. REQUER A V. EX.ª LICENÇA PARA EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE GUARDA-NOTURNO nos termos dos artigos 4.º a 9.º do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de setembro e do Regulamento Municipal sobre Licenciamento de Atividades Diversas

<input type="checkbox"/>	Licença de Guarda-Noturno e respetivo cartão
<input type="checkbox"/>	Renovação da Licença de Guarda-Noturno n.º _____ / ____ válida até ____ / ____ / ____
<input type="checkbox"/>	2.ª Via do Cartão de Guarda-Noturno n.º _____ / ____
Motivo do Pedido de 2.ª via do Cartão de Guarda-Noturno	

3. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DE ATUAÇÃO

Morada				N.º
Freguesia		Código Postal		

4. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À INSTRUÇÃO DO PROCESSO

<input type="checkbox"/>	Fotocópia do Cartão de Identificação Civil
<input type="checkbox"/>	Fotocópia do Cartão de Identificação Fiscal
<input type="checkbox"/>	Fotocópia do Certificado de Habilitações Académicas
<input type="checkbox"/>	Fotocópia do Certificado de Registo Criminal
<input type="checkbox"/>	Atestado de Robustez Física e Psicológica
<input type="checkbox"/>	Fotocópia da apólice de Seguro de Responsabilidade Civil, válida

5. DATA E ASSINATURA

Pede deferimento,

Castro Verde, de 20

O Requerente,

/Assinatura do Requerente/

ANEXO II



[NOME DA ATIVIDADE LICENCIADA]

Alvará de Licença n.º ____/20__

[Nome do Presidente], Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde faz saber nos termos do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro com a redação em vigor e do Regulamento sobre o Licenciamento das Atividades Diversas e conforme deliberação da Câmara Municipal em Reunião de Câmara realizada a [dia/mês/ano]/despacho do Presidente da Câmara datado de [dia/mês/ano]/, cumpridas as formalidades legais, concede a [nome da pessoa a quem é atribuída a licença], residente em [rua, n.º, código postal, freguesia] do Município de Castro Verde com o Documento de Identificação n.º [n.º do BI/CC] e n.º de Contribuinte [n.º NIF] licença para exercer a atividade [nome da atividade objeto de licenciamento] no concelho: [rua, freguesia] do Município de Castro Verde.

Data da Emissão: [dia/mês/ano]

Data da Validade: [dia/mês/ano]

Castro Verde, [dia] de [mês] de [ano]

O Presidente da Câmara,

[Assinatura do Presidente da Câmara]

ANEXO III - REQUERIMENTO DE LICENCIAMENTO DA ATIVIDADE DE VENDEDOR AMBULANTE DE LOTARIAS

Ex.mo Senhor Presidente da
Câmara Municipal de Castro Verde

1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome					
Estado Civil		N.º Identificação Fiscal			
N.º Identificação Civil		Válido até			
Profissão					
Morada				N.º	
Freguesia		Código Postal			
Telefone		Telemóvel		Fax	
E-mail					

2. REQUER A V. EX.ª LICENÇA PARA EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE VENDEDOR AMBULANTE DE LOTARIAS nos termos dos artigos 10.º a 13.º do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de setembro e do Regulamento Municipal sobre Licenciamento de Atividades Diversas

<input type="checkbox"/>	Licença de Vendedor Ambulante de Lotarias
<input type="checkbox"/>	2.º Via de Cartão de Vendedor Ambulante de Lotarias
Motivo do Pedido de 2.ª Via do Cartão de Vendedor Ambulante de Lotarias	

3. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À INSTRUÇÃO DO PROCESSO

<input type="checkbox"/>	Apresentação do Cartão de Identificação Civil e do Cartão de Identificação Fiscal
<input type="checkbox"/>	Fotocópia de declaração de início de atividade
<input type="checkbox"/>	Fotocópia de declaração de IRS
<input type="checkbox"/>	Duas fotografia

4. DATA E ASSINATURA

Pede deferimento,

Castro Verde, de 20

O Requerente,

/Assinatura do Requerente/

Anexo IV

	
	MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE
	CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DE VENDEDOR AMBULANTE DE LOTARIAS
	NOME: _____
	ÁREA DE ATUAÇÃO: _____
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL	

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DE VENDEDOR AMBULANTE DE LOTARIAS	
CARTÃO N.º _____	
VÁLIDO DE ____/____/____ A ____/____/____	
ASSINATURA	

ANEXO V - REQUERIMENTO DE LICENCIAMENTO DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE ARRUMADOR DE AUTOMÓVEIS

Ex.mo Senhor Presidente da
Câmara Municipal de Castro Verde

1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE				
Nome				
Estado Civil		N.º Identificação Fiscal		
N.º Identificação Civil		Válido até		
Profissão				
Morada				N.º
Freguesia		Código Postal		
Telefone		Telemóvel	Fax	
E-mail				

2. REQUER A V. EX.ª LICENÇA PARA EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE ARRUMADOR DE AUTOMÓVEIS nos termos dos artigos 14.º a 17.º do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de setembro e do Regulamento Municipal sobre Licenciamento de Atividades Diversas	
<input type="checkbox"/>	Licença de Arrumador de Automóveis e respetivo cartão
<input type="checkbox"/>	2.ª Via do Cartão de Arrumador de Automóveis n.º _____ / _____
Motivo do Pedido de 2.ª via do Cartão de Arrumador de Automóveis	

3. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DE ATUAÇÃO		
Morada		
N.º		Código Postal

4. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À INSTRUÇÃO DO PROCESSO	
<input type="checkbox"/>	Apresentação do Cartão de Identificação Civil e do Cartão de Identificação Fiscal
<input type="checkbox"/>	Fotocópia de declaração de início de atividade
<input type="checkbox"/>	Fotocópia de declaração de IRS
<input type="checkbox"/>	Duas fotografias

5. DATA E ASSINATURA


Pede deferimento,

Castro Verde, de 20

O Requerente,

/Assinatura do Requerente/

Anexo VI

	
	MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE
	CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DE ARRUMADOR DE AUTOMÓVEIS
	NOME: _____
	ÁREA DE ATUAÇÃO: _____
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL	

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DE ARRUMADOR DE AUTOMÓVEIS
CARTÃO N.º _____
VÁLIDO DE ____/____/____ A ____/____/____
ASSINATURA

ANEXO VII - REQUERIMENTO DE LICENCIAMENTO DA ATIVIDADE DE ACAMPAMENTOS OCASIONAIS

Ex.mo Senhor Presidente da
Câmara Municipal de Castro Verde

1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE				
Nome				
Estado Civil		N.º Identificação Fiscal		
N.º Identificação Civil		Válido até		
Profissão				
Morada				N.º
Freguesia		Código Postal		
Telefone		Telemóvel	Fax	
E-mail				

2. REQUER A V. EX.ª LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DE ACAMPAMENTOS OCASIONAIS nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de setembro e do Regulamento Municipal sobre Licenciamento de Atividades Diversas

<input type="checkbox"/>	Licença para realização de acampamentos ocasionais
Motivo do pedido de Licença para realização de acampamento ocasional	

3. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO PRÉDIO				
Nome				
Estado Civil		N.º Identificação Fiscal		
N.º Identificação Civil		Válido até		
Profissão				
Morada				N.º
Freguesia		Código Postal		
Telefone		Telemóvel	Fax	
E-mail				

4. IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL DO ACAMPAMENTO OCASIONAL				
Nº de Registo Prédio		Tipo de Prédio	<input type="checkbox"/> Urbano	<input type="checkbox"/> Rústico
Sito				
Freguesia		Conservatória		

5. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À INSTRUÇÃO DO PROCESSO	
<input type="checkbox"/>	Apresentação do Cartão de Identificação Civil e do Cartão de Identificação Fiscal
<input type="checkbox"/>	Declaração de autorização expressa do proprietário do prédio com indicação do prazo autorizado
<input type="checkbox"/>	Planta de localização do prédio com local devidamente assinalado
<input type="checkbox"/>	Parecer favorável Delegado de Saúde
<input type="checkbox"/>	Parecer favorável do Comandante da GNR

5. DATA E ASSINATURA

Pede deferimento,

Castro Verde, de 20

O Requerente,

/Assinatura do Requerente/

ANEXO VIII - REQUERIMENTO DE LICENCIAMENTO DA ATIVIDADE DE REALIZAÇÃO DE DIVERTIMENTOS PÚBLICOS

Ex.mo Senhor Presidente da
Câmara Municipal de Castro Verde

1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome					
Estado Civil		N.º Identificação Fiscal			
N.º Identificação Civil		Válido até			
Profissão					
Morada			N.º		
Freguesia		Código Postal			
Telefone		Telemóvel		Fax	
E-mail					

2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ORGANIZADORA

Nome					
Estado Civil		N.º Identificação Fiscal			
N.º Identificação Civil		Válido até			
Morada			N.º		
Freguesia		Código Postal			
Telefone		Telemóvel		Fax	
E-mail					

3. REQUER A V. EX.ª LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DE DIVERTIMENTOS PÚBLICOS nos termos do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro e do artigo 7.º do Decreto-Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março e do Regulamento Municipal sobre Licenciamento de Atividades Diversas

- ☐ Licença para realização da atividade de divertimentos públicos (arraiais, romarias, bailes e outros divertimentos) ao ar livre ou quando afetem o trânsito normal

4. CARACTERÍSTICAS DO DIVERTIMENTO PÚBLICO

Tipo de divertimento	<input type="checkbox"/> Arraial <input type="checkbox"/> Baile <input type="checkbox"/> Romaria <input type="checkbox"/> Outro Qual? _____				
Data		Horário	das		às
Local do divertimento					
Freguesia					
N.º de Participantes					

5. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À INSTRUÇÃO DO PROCESSO

- ☐ Apresentação do Cartão de Identificação Civil do Promotor do Evento e do Cartão de Identificação Fiscal
- ☐ Traçado do percurso, sobre mapa ou esboço da rede viária (no caso de afetar o trânsito normal)
- ☐ Regulamento da atividade a desenvolver, se existir (no caso de afetar o trânsito normal)
- ☐ Parecer favorável das forças de segurança competente (no caso de afetar o trânsito normal)
- ☐ Parecer favorável das entidades sob cuja jurisdição se encontram as vias a utilizar (no caso de afetar o trânsito normal)

6. DATA E ASSINATURA

Pede deferimento,
Castro Verde, de 20

O Requerente,

/Assinatura do Requerente/

ANEXO IX - REQUERIMENTO DE LICENCIAMENTO PARA REALIZAÇÃO DE FOGUEIRAS TRADICIONAIS E QUEIMADAS

Ex.mo Senhor Presidente da
Câmara Municipal de Castro Verde

1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE				
Nome				
Estado Civil		N.º Identificação Fiscal		
N.º Identificação Civil		Válido até		
Profissão				
Morada			N.º	
Freguesia		Código Postal		
Telefone		Telemóvel	Fax	
E-mail				

2. REQUER A V. EX.ª LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DE FOGUEIRAS TRADICIONAIS E QUEIMADAS nos termos dos artigos 27.º a 28.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 310/2008, de 18 de dezembro e do Regulamento Municipal sobre Licenciamento de Atividades Diversas

- ☐ Licença para realização de queimadas
- ☐ Licença para realização de fogueiras tradicionais

3. IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL				
Local				
Freguesia		Código Postal		
Localizado a	<input type="checkbox"/> a mais de 30m de construções <input type="checkbox"/> a mais de 300m de boques, matas, lenhas, searas, palhas, depósitos			
Data		Hora	Área m²	
Produtos a queimar				

4. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À INSTRUÇÃO DO PROCESSO	
<input type="checkbox"/>	Apresentação do Cartão de Identificação Civil e do Cartão de Identificação Fiscal
<input type="checkbox"/>	Declaração de compromisso em como a queimada será acompanhado por técnico credenciado em fogo controlado ou equipa de bombeiros, no caso das queimadas
<input type="checkbox"/>	Planta de localização assinalando o local, no caso das fogueiras tradicionais
<input type="checkbox"/>	Autorização expressa do proprietário do prédio, no caso das fogueiras tradicionais

5. DATA E ASSINATURA

Pede deferimento,

Castro Verde, de 20

O Requerente,

/Assinatura do Requerente/

ANEXO X - REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA UTILIZAÇÃO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO

Ex.mo Senhor Presidente da
Câmara Municipal de Castro Verde

1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE			
Nome			
Estado Civil		N.º Identificação Fiscal	
N.º Identificação Civil		Válido até	
Profissão			
Morada		N.º	
Freguesia		Código Postal	
Telefone		Telemóvel	Fax
E-mail			

2. REQUER A V. EX.ª AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA UTILIZAÇÃO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO nos termos dos artigos 29.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho e do Regulamento Municipal sobre Licenciamento de Atividades Diversas

☐ Autorização prévia para a utilização de fogo-de-artifício e outros

3. IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL E CARACTERÍSTICAS DO FOGO			
Local			
Freguesia		Código Postal	
Localizado a	<input type="checkbox"/> a mais de 30m de construções <input type="checkbox"/> a mais de 300m de boques, matas, lenhas, searas, palhas, depósitos		
Data do Fogo		Hora do Fogo	
Outras medidas e precauções tomadas na salvaguarda de pessoas e bens			

4. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À INSTRUÇÃO DO PROCESSO	
<input type="checkbox"/>	Apresentação do Cartão de Identificação Civil e do Cartão de Identificação Fiscal
<input type="checkbox"/>	Declaração da empresa de pirotecnia com a quantidade de artefactos pirotécnicos a lançar bem como a descrição dos mesmos
<input type="checkbox"/>	Identificação dos operadores pirotécnicos intervenientes no espetáculo, com a apresentação das respetivas credenciais
<input type="checkbox"/>	Fotocópia da apólice do seguro de responsabilidade civil para a utilização de fogo-de-artifício, válida

5. DATA E ASSINATURA

Pede deferimento,

Castro Verde, de 20

O Requerente,

/Assinatura do Requerente/